DECISÃO SINGULAR DSG - G.JRPC - 6219/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/11237/2013
PROTOCOLO	: 1427836
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: ÉDER UILSON FRANÇA LIMA
CONTRATADO	: ELIZABETE CRISTINA RODRIGUES NUNES - ME
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 234/2013
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: CONVITE Nº 14/2013
RELATOR (A)	: JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

RELATÓRIO

Referem-se as peças dos autos ao Contrato nº 234/2013, celebrado entre o Município de Ivinhema e a empresa Elizabete Cristina Rodrigues Nunes - ME, ocasionando a análise dos documentos relativos aos procedimentos de formalização do seu termo aditivo e de execução financeira da contratação que foram considerados regulares com ressalva pela 1ª Inspetoria de Controle Externo (Análise nº 16095/2014, peça 34).

Em seguida, o Procurador de Contas, em manifestação sobre a matéria, emitiu o Parecer GAB.2 DR.JOAOMJ-5395/2015 (peça 35) e opinou pela "***legalidade e regularidade da formalização do Termo Aditivo nº 1 e da execução do contrato em apreço***, *nos termos do art. 120, §4º, III do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.*

De outro norte, ***a remessa dos documentos se deu****, conforme destacado pelo corpo técnico,* ***de forma intempestiva****,* ***circunstância esta que desafia a imposição de multa*** *ao responsável desidioso.*".

É o Relatório.

DECISÃO

Da análise do conteúdo dos autos verifico que os procedimentos de formalização do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 234/2013 e de execução financeira da contratação se desenvolveram de acordo com as prescrições legais e regulamentares, à exceção do envio intempestivo da cópia do termo aditivo a este Tribunal.

Desse modo, é dizer que a autoridade responsável não cumpriu o prazo previsto para a remessa de documentos ao Tribunal, devendo ser, portanto, apenada com a multa cabível, nos termos do art. 46 da Lei Complementar (estadual) nº 160, de 2 de janeiro de 2012.

Diante do exposto, acolho o posicionamento firmado pelo representante do Ministério Público de Contas e decido nos termos de:

I. **DECLARAR REGULARES** os procedimentos de **FORMALIZAÇÃO** do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 234/2013, celebrado entre o Município de Ivinhema e a empresa Elizabete Cristina Rodrigues Nunes - ME, e de **EXECUÇÃO FINANCEIRA** da contratação, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) nº 160, de 2 de janeiro de 2012;

II. **APLICAR MULTA** equivalente ao valor de 9 (nove) UFERMS, ao Sr. **Éder Uilson França Lima**, CPF nº 390.231.411-72, Prefeito Municipal de Ivinhema, *pela intempestividade na remessa, ao Tribunal, de cópia do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 234/2013*, com o recolhimento da quantia ao Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas-FUNTC, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Decisão no DOTCE/MS, consoante o disposto nos arts. 21, X, 42, IX, 44, I, 46 e 83 da Lei Complementar (estadual) nº 160, de 2012, observadas as disposições do art. 172, § 1º, I e II, do Regimento Interno.

É COMO DECIDO.

Tribunal de Contas, 8 de setembro de 2015.

JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL
Conselheiro Relator

IHS